

## SUBCOMITÊ COTIA GUARAPIRANGA

### 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ COTIA-GUARAPIRANGA – GESTÃO 2009/2011

---

**Data da Reunião: 14 de dezembro de 2010 – 14h30**

**Local: PARQUE FRANCISCO RIZZO - Rua Alberto Giosa nº 300 – Embu das Artes – SP**

Aos quatorze dias de dezembro de 2010 reuniram-se no Pq. Francisco Rizzo, situado à Rua Alberto Giosa, 320 em Embu das Artes-SP, os Conselheiros, representantes e convidados do SCBH-Cotia Guarapiranga, para tratar da pauta, conforme estabelecido no Ofício de Convocatória, nº 05/2010. O Vice-Presidente José Roberto Terassi abriu a reunião dando as boas vindas e agradeceu as presenças. O Secretário executivo Amauri Pollachi (Secretaria de Saneamento e Energia-SSE) colocou em votação **a ata da reunião anterior, que foi aprovada**. Pelo item 3 da pauta, para substituir ao ex-Presidente Capitão Lener do Nascimento que renunciou ao seu cargo de Prefeito, **foi eleito como Presidente do Subcomitê o prefeito de São Lourenço da Serra, José Lima de Jesus**, conhecido como “Zé da Teresa”. A decisão da plenária foi por manter a tradição do cargo de Presidente ser ocupado por um representante do segmento municípios, a Secretaria executiva pelo segmento estado e a vice-presidência pela sociedade civil. O Presidente eleito agradeceu a confiança e se colocou à disposição nos trabalhos do Subcomitê. Pelo item informes, o Secretário anunciou que foi promulgado o Decreto estadual que regulamenta a cobrança pelo uso da água na bacia do Alto Tietê. Terassi informou que o empreendimento comercial Recanto Gaúcho foi demolido por problemas de enchentes que já datavam 25 anos, e destacou a utilização de tecnologia onde todo o concreto foi triturado, possibilitando melhor manejo e destinação correta desse resíduo de construção civil que tem se tornado um dos grandes problemas dos centros urbanos, assim o material resultante servirá como base e sub-base para as novas edificações e vias, e também como artefato de cimento. No item seguinte da pauta foi realizada apresentação sobre “Controle e fiscalização de aterros, movimentação de terras” pelos Gerentes da Cetesb, Jorge Sakotani e Antônio Carlos de Oliveira. A região de Cotia-Guarapiranga possui topografia acidentada e proximidade com a Serra do Mar e, por ser região de mananciais, demanda cuidados especiais, o que contribuiu para ser incluída na legislação de proteção e recuperação nos processos de licenciamentos ambientais, sendo a única área com legislação própria para licenciamento de movimentação de terra, posto que impacta aos recursos hídricos. A Cetesb na aplicação da legislação de controle das atividades poluidoras licencia as atividades de aterros sanitários, resíduos da construção civil e disposição de resíduos perigosos, e, devido à recente reestruturação, também assumiu a responsabilidade de aplicação do Código Florestal em processos de autorização de supressão de vegetação, e a aplicação das disposições sobre uso e ocupação do solo nas intervenções em APP-Área de proteção permanente. A Cetesb também realiza atividades de fiscalização e recebimento de denúncias, cujo volume de infração à legislação é grande e por isso precisam do apoio da Polícia Ambiental. Dentre as denúncias recebidas, há os casos de dois empreendimentos, imediatamente repassadas à Polícia ambiental. Verificou-se que uma delas referia-se ao início de atividades para implantação de aterro sanitário, porém, na verdade, havia uma notícia sobre possível intenção da Prefeitura em instalá-lo neste local há alguns anos. A segunda denúncia dava conta de obras para um aterro de grandes proporções, com autorização da prefeitura de Cotia, na região da barragem do rio Cotia (Estrada da Barragem). Neste caso o empreendedor solicitou à Cetesb pedido de dispensa de licenciamento, o qual não é pertinente, pois a Cetesb não licencia movimento de terra fora da área de proteção. O empreendedor realizava reconfiguração topográfica, que é possível de ser executada desde que não interfira em supressão de vegetação ou prejuízo aos recursos hídricos. O projeto apresentado e a inspeção de campo indicaram não haver vegetação a ser suprimida e que o empreendimento localiza-se fora de APP, portanto fora do âmbito de licenciamento da Cetesb, cabendo este licenciamento da atividade à Prefeitura Municipal de Cotia. No local havia uma placa referindo-se a um processo Cetesb cujo número grafado estava errado. Foi salientado que há necessidade de indicação das responsabilidades, que cabem à prefeitura ou ao governo do Estado por meio da Cetesb, e que esta não pode atuar por intenções, isto é, sem estar consubstanciada uma determinada atividade onde seja apresentado um projeto que será verificado tecnicamente. Houve amplo debate sobre o tema, por exemplo, Leandro Dolenc (SEAE) disse que o aterro não

48 obedecia ao zoneamento municipal, e, portanto era ilegal, tendo sido inclusive objeto de denúncia ao Ministério  
49 Público-MP. Antônio Carlos esclareceu também sobre a Unidade de Conservação-UC existente e ainda não  
50 oficializada, que se localiza em propriedade particular da Sabesp, e, portanto ainda não faz parte do SNUC-Sistema  
51 Nacional de Unidades de Conservação, sendo protegida pela Lei da Mata Atlântica e pela legislação florestal onde  
52 são estabelecidos critérios legais para supressão de vegetação. O Secretário executivo sintetizou as falas de Antônio  
53 Carlos, em que a área está fora da APRM, está vizinha de uma reserva natural em propriedade particular, não possui  
54 APP, não há supressão de vegetação, portanto, o problema deveria ser remetido à prefeitura de Cotia. Patrícia  
55 Marques Machado (prefeitura de Cotia) disse que quem licencia movimentação de terra é a Secretaria de Habitação.  
56 Referente à inconformidade com o zoneamento Jorge disse não se recordar de haver recebido ofício do MP. João  
57 Ramos (Secretário de Meio Ambiente de Embu das Artes) disse que já constatavam os benefícios de trazer o tema  
58 como ponto de pauta para a reunião do Subcomitê, pois fazia parte das incumbências do colegiado enquanto tema  
59 impactante para os recursos hídricos, e citou a fala do Sr. Antônio Carlos, quando se referiu à topografia da região,  
60 em Embu muito especialmente, e que enquanto São Paulo e outras grandes cidades criam soluções de  
61 macrodrenagem, por exemplo, os pisciões, além de outras grandes obras, na verdade o problema não era só no  
62 âmbito de uma ou outra prefeitura, de forma localizada, mas tratava-se da competência de todos. Deu ao  
63 conhecimento, em primeira mão, a decisão do prefeito de suspender operações de movimentação de terra, disse "...  
64 até porque não tem uma legislação clara, a Lei Específica trata, mas mesmo assim de uma forma não tão clara. O  
65 que é movimento de terra? Realmente sabemos? (...) o alvará pressupõe uma conformação topográfica, com  
66 exportação ou importação de solo, e dentro da área de mananciais com aqueles requisitos todos. Como o Jorge  
67 comentou, a licença da Cetesb tinha uma força leonina sobre a legislação municipal e tinha porque assim  
68 entenderam que era, mas não precisa ser assim, e quebramos isso, desde a época do Goldemberg emitimos um  
69 documento dizendo que nossa certidão do uso e ocupação do solo determina que vocês licenciam, e nós  
70 autorizamos, até porque essa é a competência. Agora, se está com o licenciamento ambiental mas não está de  
71 acordo com o que determina a legislação do município, não vamos autorizar. E isso existia porque havia uma  
72 distância entre os órgãos que tem que andar juntos." Solicitou que o tema fosse mais debatido no Subcomitê  
73 convidando também a Sabesp, as prefeituras e todos atores envolvidos, para chegarem em uma solução conjunta,  
74 sugeriu se necessário a criação de uma Câmara Técnica, na tentativa de unificarem-se os procedimentos e, talvez, a  
75 legislação pertinente, procurando assim evitar uma guerra de denúncias. Jumara Moraes Bocatto (prefeitura de São  
76 Lourenço da Serra) disse que São Lourenço da Serra está totalmente inserido em APRM e não tem Lei Específica,  
77 tornando a situação nos municípios muito restritiva, embora existam as divisas territoriais e administrativas não  
78 havia como impedir uma atividade comum e a dinâmica de caráter metropolitano, portanto a discussão deveria ter  
79 também um caráter metropolitano. Cida Maschio (prefeita de Juquitiba), queixou-se que nem ao menos podia fazer  
80 extensão de energia elétrica no município, e solicitou auxílio pois precisava fechar o lixão mas o município não tinha  
81 condições de contratar os técnicos necessários. Márcia Nascimento (Secretaria do Meio Ambiente/APE) lembrou  
82 que a região contribui para a produção de água dentro de uma visão metropolitana, e em uma região onde há sérias  
83 dificuldades de disponibilidade de água, há passivos ambientais correlacionados ao uso e ocupação do solo,  
84 ocupações irregulares, e também há passivos ambientais de outras naturezas, as compensações previstas na Lei  
85 Específica são desafiadoras e é também tarefa do Subcomitê enfrentar esses desafios. Terassi salientou que os  
86 esclarecimentos eram importantes, conforme pautado para a reunião, mas o tema era complexo e profundo, disse  
87 "...quando a prefeita coloca, de forma emocionada, como colocou aqui agora, de uma vida, de centenas de milhares  
88 de pessoas que vivem em uma região, temos que fazer um mea culpa total, não só como cidadãos mas como  
89 políticos, e todos eles, do executivo, do legislativo, porque quando saiu a Lei 9866/97 foi para introduzir as Leis  
90 Específicas das 22 bacias hidrográficas, e estamos em 2010, são 13 anos, e quantas Leis fizemos? Duas Leis, e ainda  
91 com uma dificuldade muito grande para as necessárias convergências dos três segmentos, sociedade civil, o poder  
92 municipal e o poder estadual, não foi fácil, e tivemos agora que mandar para essa reunião, e acho mesmo que é  
93 suplicar e pedir como a prefeita acabou de pedir agora, pelo amor de Deus, para nossas autoridades estarem  
94 presentes e fazer um trabalho tarefa, fazer essa legislação, que são na verdade 26, o nosso Comitê tem seus 5  
95 Subcomitês, e faltam 24 Leis. Sendo que em 13 anos fizemos apenas duas. E agora vão vir novos deputados  
96 estaduais e com certeza 80 a 90% dos eleitos nem sabem o que é uma bacia hidrográfica, Subcomitê, políticas de  
97 preservação da água, não sabem nada, e até se adaptarem à legislação passou seu mandato, então o grande  
98 problema é que não há compensação para quem preserva, enquanto outros municípios faturam horrores de

99 dinheiro, podemos citar um monte, outros vivem de forma miserável, e que tem gente para cuidar, porque na  
100 verdade se fosse tão direito assim o estado ou a nação deveria ter a propriedade de todas essas terras, e ele mesmo  
101 preservar, mas o estado é omissivo, a nação é omissiva (...) acho que é hora mesmo de pararmos Presidente,  
102 precisamos fazer um pauta específica para atender não só o pedido da prefeita, mas de todos prefeitos aqui que  
103 vivem essa mesma situação." O prefeito de São Lourenço da Serra José Lima de Jesus também apontou várias  
104 dificuldades, citando como exemplo um projeto que demorou aproximadamente 2 anos para ter um parecer se  
105 poderia ou não desmatar, houve muita demora, além dos problemas com estradas, transporte, e a população  
106 cobrando providências, sem falar do grande problema da destinação dos resíduos sólidos, visto que o município  
107 produz 10 t/dia destinando-os a Caieiras com um custo altíssimo. Concordou com a proposta de unir os prefeitos e  
108 os Secretários da região para debaterem profundamente o tema. Jorge lembrou que se no passado tivessem  
109 cuidado melhor da APRM hoje não teriam tantas ocupações irregulares, mas elas proliferaram sem nenhum critério  
110 tanto na Guarapiranga como na Billings, e com os esgotos sendo despejados nas represas, também disse que os  
111 prazos concedidos para as prefeituras se adequarem foram suficientes, apesar de reconhecer que a situação  
112 financeira delas é sempre difícil. Considerou que a aprovação da cobrança pelo uso da água é um caminho  
113 importante porque também é em função de uma discussão do grupo, apoiou plenamente a decisão de promoverem  
114 uma discussão em grupo. Também houve queixas por parte do município de Embu Guaçu, onde a Secretaria de  
115 Meio Ambiente não tem autonomia ainda em relação à Lei para supressão arbórea. Wellington Zarur Viana Vieira  
116 (Secretário de Meio Ambiente de Embu Guaçu) disse "... se estamos todos aqui é porque amamos o lugar onde  
117 vivemos e queremos preservar (...) Será que só vão olhar para gente no dia que invadimos um parque colocando  
118 caminhões e caminhões jogando substâncias químicas e falarmos que milhões de pessoas vão beber água  
119 contaminada porque cansamos ? (...) gastar R\$ 1,5 mi/ano para jogar o lixo em Caieiras em um município como o  
120 nosso que arrecada R\$ 70 mi/ano não é brincadeira.(...) me parece que a força do Subcomitê é muito grande diante  
121 da Assembléia Legislativa e daqui podem nascer coisas para forçar a Assembléia e o estado de certa forma, para  
122 investir aqui, porque o futuro não é o pré sal, ninguém vai beber petróleo, o futuro é água e água nós temos." O  
123 Secretário executivo sintetizou dizendo que percebia uma ansiedade muito grande na busca das soluções práticas,  
124 que ficou claro a necessidade da gestão do espaço territorial com melhores instrumentos, sendo realmente uma  
125 tarefa do Subcomitê criar as condições necessárias, mas também que a força se daria a partir da capacidade que  
126 teriam de se mobilizarem dentro da instância do Subcomitê, e em função de sua credibilidade, que sem dúvida na  
127 região havia o grande problema da destinação adequada dos resíduos sólidos, e disse "... queria dar uma notícia, em  
128 função do Programa Mananciais, uma das ações previstas nesse programa com financiamento do Banco Mundial é a  
129 implantação de aterro sanitário em Embu Guaçu. A prefeitura elaborou um projeto, conseguiu a licença prévia junto  
130 ao sistema estadual, Cetesb, e agora estamos finalizando os termos de convênio com a Secretaria de Saneamento e  
131 Energia e devemos lançar a licitação em 2011 com financiamento do Banco Mundial. Situações com essas são  
132 factíveis de serem realizadas em parceria com o estado e municípios(...) Os municípios podem se articular para fazer  
133 isso no Conisud [Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo], de forma conjunta, levando  
134 essa reivindicação perante o estado, isso é possível de ser alinhavado para termos soluções concretas em um prazo  
135 não muito longo..." por outro lado também a situação de conflito para instalação de aterro deveria ser pontuada  
136 para encontrarem uma solução, quer pelo caráter legislativo ou pelo normativo dentro dos órgãos estaduais com  
137 uma ação propositiva dentro do ambiente do Subcomitê. Também disse que a legislação de mananciais, proposta no  
138 âmbito do Subcomitê, foi um trabalho que teve muita participação de vários técnicos mas algumas questões  
139 poderiam ser discutidas no ambiente da Câmara técnica de Planejamento e Gestão para aprimorar o Decreto,  
140 algumas coisas teriam a exigência de passar pela Assembléia Legislativa, e deveriam estabelecer como pauta de  
141 prioridade para os trabalhos da Câmara técnica de Planejamento e Gestão. Também houve manifestações no  
142 sentido que se tratava basicamente de um problema de áreas disponíveis visto que a região está inserida em uma  
143 APRM, era preciso também a força política para representar a região, foi lembrado que esperaram que a Lei  
144 Específica resolvesse os problemas em APRM, que havia reclamações que a Lei carecia de mudanças em  
145 conformação com a realidade e que pela Lei a água se tornou um bem econômico e seria preciso em 2011 contar  
146 com todos para buscarem uma melhor solução, além do que na Constituição do estado de São Paulo está prevista a  
147 compensação financeira aos municípios cerceados pelo desenvolvimento, e que a própria Lei 1172 diz que haverá  
148 compensação aos municípios detentores de mananciais. O Subcomitê foi apontado como a instância para  
149 concretizar as propostas. Meunim de Oliveira (Sabesp) deu o informe que fizeram uma proposta formal para o

150 município de Itapecerica da Serra para que a SABESP operasse o aterro, inclusive com investimentos para  
151 recuperação de passivos. Foi uma solução encontrada, fazerem a operação de transbordo desde que fosse  
152 concentrado tudo no aterro de Itapecerica transformando-o em transbordo operado pela Sabesp. Na sequência os  
153 debates ressaltaram a importância do pagamento pelos serviços ambientais-PSA na sub-bacia Guarapiranga, por  
154 exemplo, foi aventada a possibilidade de o Subcomitê tomar medidas para acelerar a viabilização da implantação do  
155 PSA. Comentaram que a participação do movimento popular poderia ser necessária. Márcia Nascimento (SMA) disse  
156 que um caminho seria através da retomada dos trabalhos da Câmara técnica de planejamento e gestão, como  
157 proposto pelo Secretário, onde poderiam iniciar um estudo de aplicabilidade da cobrança pelo uso da água  
158 somando-se aos aspectos da legislação para saberem de que forma poderia ser aplicado na região, inclusive o  
159 próprio tema debatido dos aterros sanitários poderia ter sido melhor estudado e debatido na Câmara técnica de  
160 planejamento e gestão. Daniel (AEAIS) solicitou para próxima plenária uma apresentação de esclarecimento sobre  
161 os valores a serem arrecadados na região e quanto tempo mais seria necessário para os municípios que realmente  
162 estão protegendo os mananciais pudessem obter a compensação. Wellington Viana disse que sentia muita  
163 dificuldade para compatibilizar o plano diretor com a Lei Específica, sendo essa uma das etapas para poderem fazer  
164 o convênio de licenciamento com a SMA, e o tema também poderia ser pauta para a próxima reunião. Márcia  
165 Nascimento disse que também deveria ser verificado quanto seriam os valores relativos à cobrança pelo uso da água  
166 e quando poderia ser efetivamente utilizada na região, lembrou que a cobrança não está sendo aplicada  
167 diretamente nos municípios onde a Lei 1172 está vigente, mas sim onde existe a Lei Específica, complementou:  
168 "Vejo três caminhos: Juquitiba, São Lourenço tem a possibilidade pelo PSA, e a cobrança pelo uso da água para os  
169 municípios que estão inseridos na Lei Específica, paralelamente já temos um movimento no Comitê Vale do Ribeira,  
170 e a Jumara vem se esforçando bastante com os colegas de Juquitiba para podermos fazer a Lei Específica do rio São  
171 Lourenço e para termos a APRM podendo substituir a lei da década de 70 pela Lei Específica do Vale do Ribeira,  
172 podendo então aí sim ter direito à cobrança pelo uso da água. E o do Fundo, que temos, apesar de precário. Sobre  
173 os planos diretores da Guarapiranga, eles já foram analisados e verificados em sua compatibilidade com a Lei  
174 Específica, e o material já foi distribuído no término do trabalho para todas as prefeituras inseridas na bacia, e  
175 também foi encaminhado para Embu Guaçu, mas se houver dificuldade, Márcia disse que poderia reenviar o  
176 material onde essa análise comparativa já foi feita." O Secretário executivo atendendo as solicitações indicou  
177 provável data para convocação da próxima reunião plenária do Subcomitê para 27 de janeiro de 2011. No término  
178 dos trabalhos, pelo item 6 de pauta, sobre a definição da coordenação da Câmara técnica de planejamento e gestão  
179 foi eleita por aclamação Márcia Nascimento, já com a incumbência de convocar uma reunião da Câmara técnica  
180 para o mês de janeiro tratando dos temas levantados nesta plenária, tais como, compensação ambiental, aspectos  
181 pertinentes da legislação e cobrança pelo uso da água, convidando para a reunião inclusive todos Secretários  
182 municipais de Meio Ambiente. Márcia Nascimento disse que se sentia honrada, mas para formalizar sua indicação  
183 teria que consultar sua coordenação. O Secretário comunicou que estavam abertas inscrições voluntárias para  
184 participar das reuniões da Câmara técnica de Educação Ambiental do Comitê do Alto Tietê, e se inscreveram  
185 Leandro Dolenc pela sociedade civil organizada e Sandra Maria Netto representando a Secretaria da Agricultura,  
186 além da participação que já ocorre pela SMA/CEA. Agradeceu a presença de todos e o Presidente deu por encerrada  
187 a reunião.